

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

ISSN 1806-549 X



Autor(es): ISABELA FREIRE BATISTA, YAN GRACIANO SILVA, LUCAS ALVES VIEIRA, BRUNA STEFANIE MACEDO SANTOS, VICTÓRIA PEREIRA BRITO, IARA SOARES DE FRANÇA, MARIA IVETE SOARES DE ALMEIDA

ESTRUTURAÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS NO CENÁRIO DO NORTE DE MINAS GERAIS

Introdução

O Brasil é constituído por 5.570 municípios delimitados em 26 estados e um Distrito Federal e tem uma extensão territorial de 8.515.767,049 km², conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Em virtude de ser um país com grandes dimensões continentais, a federação encontra desafios diversos em elaborar políticas de planejamentos e executá-las, além da dificuldade de atender as demandas do serviço público em todos seus municípios.

Portanto, visando contemplar todas as regiões com equilíbrio e paridade, através da Constituição Federal do Brasil/CFB de 1988, os municípios brasileiros foram responsabilizados como entes federados de suma importância para o cenário do desenvolvimento urbano.

Com isso, emerge um cenário possível de coalizão entre dois ou mais entes federados com a finalidade de melhorar a prestação de serviços públicos e suprir as demandas urbanas para além da escala do local.

Nessa direção, este estudo aborda os consórcios públicos na região Norte de Minas, identificando-os com vistas a examinar o desenvolvimento urbano, social e político, já que os Consórcios Públicos podem se constituir numa respeitada e ampla cooperação entre os entes federados. Os municípios contemplados por esta pesquisa são: Bocaiúva, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Engenheiro Navarro, Glaucilândia, Janaúba, Januária, Juramento, Mirabela, Montes Claros, Patis, Pirapora, São João da Lagoa e São João da Ponte.

Materiais e Métodos

Os procedimentos teóricos e metodológicos adotados para a realização e desenvolvimento desta pesquisa foram: pesquisa bibliográfica com fichamentos baseados nos temas citar como o que segue urbanização (Santos, 2005), planejamento urbano (Monte-mor, 2007) e nos consórcios públicos no desenvolvimento territorial (Bresciani, 2015) e levantamento documental realizado no Perfil dos Municípios Brasileiros – Munic (IBGE, 2015), Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (Caixa Econômica Federal, 2014) e Perfil dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (COSECS-MG/APP, 2009). Os resultados obtidos foram analisados com a fundação teórica e representados por meio de tabelas.

Resultados e Discussão

Bresciani (2015, p. 394) [3^o] resgata que a manifestação das primeiras relações intermunicipais aconteceu nos anos 1960 num cenário no qual os municípios consorciados demonstravam um baixo grau de cooperação entre si. Apenas em 2005 foi aprovada a Lei dos Consórcios Públicos (Lei n. 11.107, de 06.04.2005) que regulamentou a formação das associações intermunicipais com objetivos comuns. Isso visava uma maior harmonia e assistência entre os entes federados, para conseqüentemente, minimizar as contrariedades e impasses quanto aos interesses dos mesmos.

Como retratado na Tabela 1 e 2, que ilustram os consórcios que assistem municípios contemplados pela pesquisa e os municípios consorciados que fazem parte da mesma, existem vastos tipos de classes de relações intermunicipais, como de saúde, de resíduos sólidos, de meio ambiente, multifinalitário e de saneamento básico. No Norte de Minas Gerais, existe uma ampla notoriedade para os Consórcios Públicos Intermunicipais relacionados à área de saúde, em virtude de sua-relevância no Brasil. Ademais, um Consórcio Público Intermunicipal de Saúde tem a finalidade de maximizar o acesso dos cidadãos a este serviço público, contemplar municípios menores a estruturas hospitalares de ampla qualidade e, por fim, melhorar o atendimento no setor público de saúde. O Norte de Minas Gerais é composto, como exposto pela Tabela 2, pelo: Consórcio Intermunicipal de Saúde Portal do Norte (CIS Portal do Norte), Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio São Francisco (CIS MESF), Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Médio São Francisco (CIS AMSF), Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado da Microrregião da Serra (CIS União Geral), Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte de Minas (CIS Norte), Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Alto Rio Verde Grande (CIS ARVG), Consórcio Intermunicipal de Saúde Grão Mogol (CIS Grão Mogol), Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto do Rio Pardo (CISARP), Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Manga (CISMMA) e o Consórcio Intermunicipal de Rede de Urgência do Norte de Minas (CIS RUN) (COSECS-MG/APP).

Apoio financeiro: PIBIC/CNPq.

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unimontes: nº 1.339.853

Recursos Próprios. Resolução CEPEX Nº. 168 - CEPEX/2015

10^o

FEPEG FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL: INDISSOCIABILIDADE
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



ISSN 1806-549 X



Por outro lado, é possível destacar os consórcios públicos relacionados à área de desenvolvimento sustentável que ganham notoriedade em função do planejamento urbano. O Consórcio de Desenvolvimento Ambiental do norte de Minas – CODANORTE tem como objetivo articular o destino, triagem e acondicionamento dos resíduos sólidos de acordo com as técnicas exigidas para a execução correta deste serviço. Salienta-se a intenção de elaborar alternativas que maximizem a qualidade de vida da população (CODANORTE, 2013).

Da mesma forma, os consórcios multifinalitários são de grande relevância pelo foco para atender as demandas regionais. O Consórcio Público Intermunicipal Cimams consiste numa superintendência associada entre os municípios integrantes da Amams – Associação de Municípios da Área Mineira SUDENE, com a finalidade de maximizar a gestão municipal atuando no planejamento e execução dos planos visando o desenvolvimento sustentável. Em virtude da sua propriedade multifinalitária pode assistir os consorciados em outros ramos da administração municipal (AMAMS, 2014).

Um exemplo de consórcio público é o Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Situado entre a Baixada Santista e o Planalto Paulista, é composto pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra e tem como intuito amplificar o planejamento, a articulação e execução das ações de caráter regional. O Grande ABC é caracterizado por ser um parque industrial pioneiro, sendo sustentado por recursos provenientes dos municípios. A cooperação dos sete municípios visa o desenvolvimento da região como um todo, o Consórcio Intermunicipal do ABC ao longo dos anos obteve várias conquistas regionais, como por exemplo, a implantação do Posto de Avanço do BNDES em 2003, a criação e instalação da Universidade Federal do ABC em 2006 e o investimento via Ministério da Saúde e o Banco Mundial de R\$20,4 milhões de recursos para a saúde. (Consórcio Intermunicipal Grande ABC, 2010)

Considerações Finais

Mediante o exposto, a pesquisa abordou alguns consórcios públicos no norte de Minas Gerais nas áreas de saúde, desenvolvimento ambiental e multifinalitário. Faz-se necessário destacar o avanço dos consórcios públicos após a regulamentação da Lei dos Consórcios Públicos (Lei n. 11.107, de 06.04.2005). Os consórcios intermunicipais que são sediados no norte de Minas Gerais objetivam desenvolver uma melhoria para os serviços públicos oferecidos em cada município consorciado. Avanços nas áreas públicas como saúde e desenvolvimento sustentável são necessários para que a política pública atenda a sociedade em todos os aspectos. Entretanto, é imprescindível que nestas associações a prioridade a prosperidade da região como totalidade e que a contribuição entre os entes federados seja mútua, como foi visto na experiência do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Isso porque conflitos de interesses impedem o progresso dos municípios consorciados e, com isso, a qualidade de vida da população.

Agradecimentos

A Deus por me dar saúde e força para superar as adversidades. Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro.

Referências

- ABC. **Consórcio Intermunicipal Grande ABC**. Disponível em: < <http://www.consorcioabc.sp.gov.br/>>. Acesso em: 27 out, 2016
- AMAMS, **Associação de Municípios da Área Mineira da SUDENE**. Montes Claros, MG.
- BRESCIANI, Luiz Paulo. **O mapa do caminho: desafios, planejamento e atuação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC**. IN: **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sudeste**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2015. P.391-409.
- CODANORTE, **Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas**. Ata da 1ª Assembléia. Montes Claros, MG: 2013.
- COSECS-MG. **COSECS/APP, Perfil dos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais**. Disponível em: <www.mpmg.mp.br>. Acesso em: 31 out, 2016.
- IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2010. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 out, 2016.
- MUNIC, **Perfil dos Municípios Brasileiros 2015**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 out, 2016.
- OCPF, **Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo**. Caixa Econômica Federal. Banco de Dados Disponível em: <www.ocpf.org.br/>. Acesso em: 30 out, 2016.



Tabela 1 - Consórcios Públicos Intermunicipais atuantes no Norte de Minas Gerais, 2016

Consórcio	Municípios Consorciados	Atividade
Codanorte	Bocaiuva, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Engenheiro Navarro, Glaucilândia, Juramento, Mirabela, Montes Claros, Patis, Pirapora, São João da Lagoa e São João da Ponte.	Articular o destino, triagem e acondicionamento dos resíduos sólidos.
Consórcio Regional de Saneamento Básico da Microrregião de Montes Claros	Bocaiúva, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Engenheiro Navarro, Glaucilândia, Juramento, Mirabela, Montes Claros, Patis, São João da Lagoa e São João da Ponte.	Ações relacionadas a esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana.
Consórcio Público de Gestão de Resíduos Sólidos do Norte Mineiro	Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Engenheiro Navarro, Glaucilândia, Juramento, Mirabela, Montes Claros, Patis, Pirapora, São João da Lagoa e São João da Ponte.	Articular o destino, triagem e acondicionamento dos resíduos sólidos.
Cimams	Bocaiúva, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Engenheiro Navarro, Glaucilândia, Janaúria, Mirabela, Patis, Pirapora, São João da Lagoa e São João da Ponte.	Planejamento e execução de projetos norteados o desenvolvimento regional.
Ciamesf	Januária.	Articular o destino, triagem e acondicionamento dos resíduos sólidos.
Cimvales	Januária.	Implementar iniciativas para atender às suas demandas e prioridades em prol desenvolvimento regional.
Consórcio União da Serra Geral	Janaúba.	Caráter multifuncional, visa promover o desenvolvimento regional dos municípios consorciados.
União Geral	Janaúba.	Descentralizar e tornar mais acessível às ações de saúde. Entretanto é um consórcio de caráter multifuncional.

Tabela 2 - Consórcios Públicos Intermunicipais de Saúde, 2016

Consórcios	Municípios Consorciados	Atividade
CIS Portal do Norte	Bocaiúva e Engenheiro Navarro.	Descentralizar e tornar mais acessível às ações de saúde.
CIS MESF	Pirapora.	Descentralizar e tornar mais acessível às ações de saúde.
CIS AMSF	Januária.	Descentralizar e tornar mais acessível às ações de saúde.
CIS União Geral	Janaúba.	Descentralizar e tornar mais acessível às ações de saúde.
CIS Norte	Mirabela, Patis, São João da Ponte.	Descentralizar e tornar mais acessível às ações de saúde.
CIS ARVG	Claro dos Poções, Coração de Jesus, Glaucilândia e São João da Lagoa.	Descentralizar e tornar mais acessível às ações de saúde.
CIS Grão Mogol	Capitão Enéas.	Descentralizar e tornar mais acessível às ações de saúde.
CIS RUN	Bocaiúva, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Engenheiro Navarro, Glaucilândia, Janaúba, Janaúria, Mirabela, Montes Claros, Patis, Pirapora, São João da Lagoa e São João da Ponte.	Descentralizar e tornar mais acessível às ações de saúde.